

FUNDAÇÃO DA HERDADE DA COMPORTA

**RELATÓRIO E CONTAS
2017**

RELATÓRIO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Balanço

Demonstração dos resultados

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração das alterações no capital próprio 2016 e 2017

Notas às demonstrações financeiras

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

12
11/12/17
2
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

Exmos. Senhores:

No seguimento de diversas iniciativas de índole cultural, social e assistencial promovidas pela Herdade da Comporta Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A., nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, foi constituída, em 2004, a “Fundação da Herdade da Comporta” (Fundação).

A Fundação foi instituída pela Herdade da Comporta Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A. (HdC), pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS) e pela Câmara Municipal de Grândola (CMG) e está dotada de um património inicial de € 250.000,00, distribuídos da seguinte forma:

- HdC: 240.000 euros;
- CMAS: 5.000 euros; e
- CMG: 5.000 euros.

A Fundação visa prosseguir fins não lucrativos, sendo o seu património afeto à prossecução e desenvolvimento de fins desinteressados ou altruístas e de interesse social, estando isto mesmo plasmado nos seus estatutos, nomeadamente nos seus artigos 4º e 5º, onde expressamente se estabelecem quer os seus fins quer o seu objeto.

Não significa que a Fundação não possa prosseguir fins lucrativos e ter lucro, significa sim, que esse lucro terá que ser aplicado nos fins assistenciais a que a Fundação se dedica.

Assim, o art.º 4º dos Estatutos define como fim da Fundação “...realizar, promover e patrocinar acções de carácter assistencial, cultural, educativo, científico e social, que visem a promoção da melhoria da qualidade de vida e do aumento do nível cultural das populações residentes na área geográfica dos actuais limites da “Herdade da Comporta”, nomeadamente em áreas de relevo social, tais como a promoção da cidadania, a educação, a cultura, a ciência, o desporto e outras actividades recreativas, a protecção do património natural, arquitectónico, histórico e cultural, a prevenção de situações de risco em crianças, jovens, idosos e famílias desfavorecidas e a promoção da qualidade de vida, em geral”, nas áreas dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola.

O fim enunciado no art.º 4º é materializado no art.º 5º, onde se estabelece como objeto da Fundação “as actividades que os seus órgãos entendam como mais adequadas à realização dos seus fins,

privilegiando a relevância social dos mesmos e constituir-se-á como plataforma de cooperação entre parceiros sociais e operadores locais e regionais para um desenvolvimento sustentável e inclusivo”.

Sem prejuízo da existência de outras atividades próprias da realização dos seus fins, poderá a Fundação, nomeadamente:

- a) Executar, promover ou patrocinar projectos de investigação em domínios concernentes aos seus fins;
- b) Organizar e montar uma biblioteca generalista e um centro de documentação;
- c) Realizar, promover ou patrocinar acções de formação e de debate através de cursos, conferências, seminários e colóquios;
- d) Realizar, promover ou patrocinar actividades de fomento cultural e de divulgação, em especial dirigidas à comunidade local;
- e) Realizar, promover ou patrocinar actividades editoriais, culturais, educativas, recreativas e desportivas;
- f) Subvencionar a publicação de estudos;
- g) Contribuir para a inclusão do património natural, arquitectónico, histórico e cultural da Herdade da Comporta no interesse turístico da região;
- h) Promover a integração das populações locais nos projectos de desenvolvimento e promover o emprego;
- i) Realizar o atendimento às populações e articular com as Redes Sociais locais;
- j) Poderá ainda promover actividades que contribuam para a rentabilização do património de que é titular;
- k) Quaisquer outras actividades adequadas aos fins a que se destina a Fundação.

Ao propor-se desenvolver actividades que tem por objeto geral e principal um fim coletivo a Fundação é uma instituição de interesse social e que atua em benefício da sociedade.

Tendo em conta estes fins e por ter sido dotada de um património inicial que lhe permite a prossecução desses mesmos fins, a Fundação, em 2007, foi devidamente reconhecida pelo Ministério da Administração Interna, passando então a ter personalidade jurídica.

Em 2017, a Fundação obteve a aprovação da alteração dos seus estatutos por forma aos adaptar à Lei Quadro das Fundações, processo que se tinha iniciado no primeiro trimestre de 2016.

ATIVIDADES EM 2017

Nos seus eixos de intervenção prioritários, a Fundação da Herdade da Comporta manteve a sua actividade corrente.

4


No eixo do Emprego&Formação, foi realizado um estágio profissional no âmbito do Projecto da Casa da Cultura e foi dado apoio à contratação de jovens para as marcas portuguesas presentes na Casa da Cultura no Verão de 2017, tendo sido contratados 11 jovens dos Concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Concelhos limítrofes.

No Alojamento deu-se continuidade à avaliação e actualização de toda a informação relativa às casas património da Herdade da Comporta e agregados familiares que nelas residem. Apesar de não ter havido resposta a alguns pedidos de (re)alojamento e de obras de manutenção das casas, a Herdade da Comporta solicitou à Fundação a sua estreita colaboração para rever e repensar a estratégia nesta área, tendo em conta a nova realidade da Herdade, sem descurar as realidades complexas e diversas dos últimos anos relativamente a esta matéria.

No eixo da Prevenção de Situações de Risco mantiveram-se os atendimentos à população e acompanhamentos psico-sociais, assim como a distribuição de alimentos. Os contactos com os parceiros sociais em sede de NLI (Núcleos Locais de Integração), em sede de CLAS (Conselhos Locais de Acção Social) e em sede de PSCAL (Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral) também fizeram parte do trabalho desenvolvido neste eixo. Finalmente, a nossa presença na Comissão Alargada da CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) de Alcácer do Sal permitiu-nos colaborar nas estratégias de Prevenção.

Em 2017, o eixo Educação&Cultura desenvolveu o seu trabalho habitual ao nível do apoio ao estudo, programas pedagógicos e actividades recreativas para crianças e jovens.

Na Páscoa realizou-se a 1ª edição do "Spring Market" (8 a 15 de Abril), no verão a 2ª edição do projecto da Casa da Cultura e a habitual "Feira de Natal" teve a sua 5ª edição nos dois primeiros fins-de-semana de Dezembro.

No âmbito do nº 1 do art. 4º dos seus Estatutos, a Fundação prestou apoio à Herdade da Comporta na actualização de toda a documentação relativa ao Museu do Arroz – Antiga Fábrica de Descasque e respectiva preparação para que este equipamento possa recuperar a dinâmica de anos anteriores.

Enquanto Plataforma de Cooperação no território, a Fundação da Herdade da Comporta desenvolveu ainda uma série actividades, fazendo pontes e promovendo iniciativas nas quais não participa directamente.

Para informações mais detalhadas, pode ser consultado o Relatório de Actividades 2017 em <https://www.fundacaoohdc.pt>.

VA  5 

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento, aos órgãos de fiscalização, ao Conselho de Curadores e aos colaboradores da Fundação, pelo apoio e colaboração recebidos.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo apurado pela Fundação, no valor de 5.023 euros, seja transferido para resultados transitados.

Comporta, 06 de Fevereiro de 2018.

O Conselho de Administração:



Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga



António Jesus Figueira Mendes



Vítor Manuel Chaves de Cáo Proença



Joana Simões de Almeida Espírito Santo



João Pedro Escobar de Lima Santos Teixeira

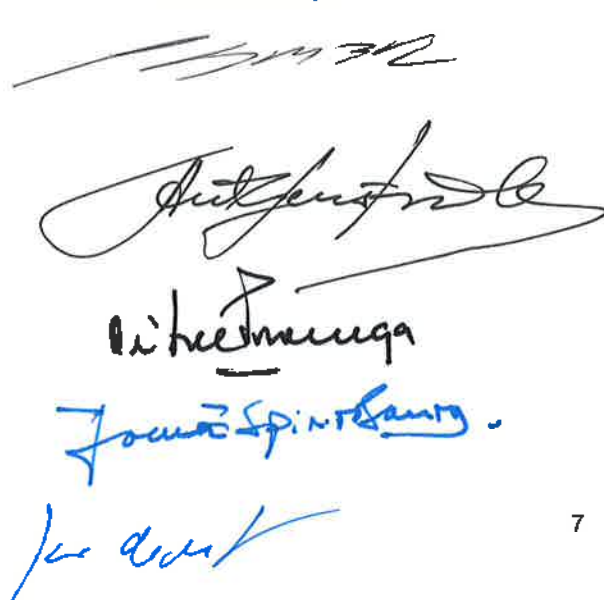
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	411.428	425.873
Fundo de Compensação do Trabalho	8	326	15
Outros activos financeiros			
		411.755	425.889
ATIVO CORRENTE			
Inventários	9	-	-
Clientes	10	7.778	1.407
Estado e outros entes públicos	11	19.611	22.788
Outras contas a receber	12	78.342	37.078
Caixa e depósitos bancários	4	10.407	13.333
		116.138	74.606
TOTAL DO ATIVO		527.893	500.494
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		250.000	250.000
Outros instrumentos de capital próprio		580.000	580.000
Resultados transitados		-820.359	-803.904
Outras variações no capital próprio		120.901	125.389
Resultado líquido do período		-5.023	-16.455
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	13	125.519	135.030
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Accionistas e Participadas	6	390.405	324.236
		390.405	324.236
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	1.261	2.058
Estado e outros entes públicos	11	1.150	-
Outras contas a pagar	12	9.557	39.171
		11.969	41.228
TOTAL DO PASSIVO		402.374	365.465
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		527.893	500.494

O Contabilista Certificado

A Administração



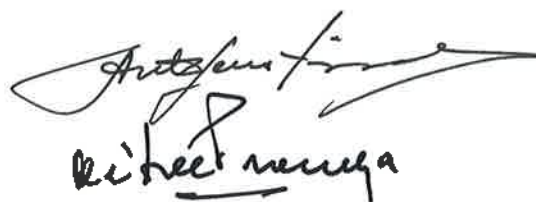
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	15	1.468	150
Custo das mercadorias vendidas e matérias cons.	9	-94	0
Fornecimentos e serviços externos	16	-68.643	-75.137
Gastos com pessoal	17	-61.858	-2.137
Outros rendimentos e ganhos	18	145.562	69.131
Outros gastos e perdas	18	-15.237	-3.772
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.198	-11.765
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	-5.368	-4.690
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4.169	-16.455
Resultado antes de impostos		-4.169	-16.455
Impostos sobre o rendimento do período	20	-853	0
Resultado líquido do período		-5.023	-16.455
Resultado por acção básico		-0,10	-0,33

O Contabilista Certificado

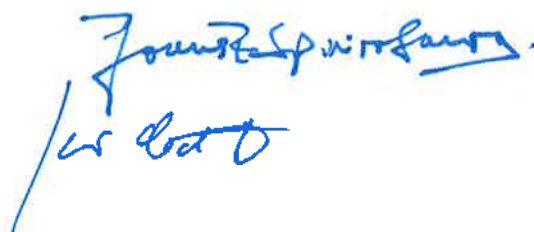


A Administração

António Faria

Ricardo Mendes



João Espírito Santo

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016**
(Montantes expressos em euros)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	71.817	32.178
Pagamentos a fornecedores	-57.842	-23.577
Pagamentos ao pessoal	-27.091	-1.572
Caixa gerada pelas operações	-13.117	7.029
Outros recebimentos/pagamentos	-22.879	-10.547
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	-35.996	-3.518
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Empréstimos concedidos por Empresas do Grupo</i>	48.080	-
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Empréstimos concedidos por Empresas do Grupo</i>	-15.000	8.500
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	33.080	8.500
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-2.916	4.982
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.333	8.351
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.407	13.333

O Contabilista Certificado

Juan Carlos Bugó

A Administração

[Assinatura]

António Fidalgo
Presidente
Forum Sp. a 10 Junho
J. C. de T.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Capital	Reservas legais	Outros instrumentos de capital próprio	Subsídios ao investimento	Resultados transitados	Excedentes de Revalorização	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO EM 01-01-2017	250.000	-	580.000	125.389	-803.904	-	-16.455	135.030
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Transferências de subsídios ao investimento				-4.488				-4.488
Transferências do resultado do exercício anterior					-16.455		16.455	
Outras operações				-4.488	-16.455		16.455	-4.488
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							-5.023	-5.023
RESULTADO INTEGRAL							11.432	11.432
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Posição 31-12-2017	250.000	-	580.000	120.901	-820.389	-	-5.023	125.519

O Contabilista Certificado

Francisco Drey

A Administração

[Signature]

Autofirma

Autofirma

Autofirma

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Capital	Reservas legais	Outros instrumentos de capital próprio	Subsídios ao investimento	Resultados transitados	Excedentes de Revalorização	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO EM 01-01-2016	(1) 250.000	-	230.000	129.877	-757.678	-	-46.226	-194.027
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Transferências de subsídios ao investimento							46.226	
Transferências do resultado do exercício anterior					-46.226			
Outras operações	(2)		350.000	-4.488	-46.226			345.512
			350.000	-4.488	-46.226		46.226	345.512
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						-16.455	-16.455
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)						29.771	29.771
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
	(5)							
Posição 31-12-2016	(6) = (1)+(4)+(5)		580.000	125.389	-803.904	-	-16.455	135.030

O Contabilista Certificado

Francisco Augusto

A Administração

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Notas sobre às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores em euros)

1. Identificação da Empresa

A Fundação Herdade da Comporta foi instituída pela Herdade da Comporta Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A. (HdC), pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS) e pela Câmara Municipal de Grândola (CMG) e está dotada de um património inicial de 250.000 euros, distribuídos da seguinte forma:

- HdC: 240.000 euros;
- CMAS: 5.000 euros;
- CMG: 5.000 euros.

A Fundação visa prosseguir fins não lucrativos, sendo o seu património afeto à prossecução e desenvolvimento de fins desinteressados ou altruístas e de interesse social local, isto mesmo ficou plasmado nos seus estatutos, nomeadamente nos seus artigos 4º e 5º, onde expressamente se estabelecem quer os seus fins e o seu objeto.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade ("POC") e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a Fundação passou a fazer o relato contabilístico das suas contas individuais de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro ("NCRF"), que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada da posição económica e financeira da Empresa.



12

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

No cálculo das amortizações foi considerado que o valor residual dos bens é nulo, pelo que, o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo de aquisição.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

Os ativos fixos tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

b) **Imposto sobre o rendimento**

Imposto sobre o rendimento - corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação fiscal.

O imposto da Fundação é determinado com base na soma algébrica da matéria coletável de cada uma das Empresas, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos a uma taxa de 21% acrescido de 1,5% a título de derrama.

Adicionalmente, um conjunto de despesas previstas no artigo 88.º do CIRC são tributadas a uma taxa que varia entre os 5% e 35%, independentemente da existência ou não de prejuízos fiscais.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser corrigidas. O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das

eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

c) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade.

As perdas por imparidade são deduzidas diretamente nas contas correntes e são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação do mercado que demonstra que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos e informação judicial que comprove a incapacidade do devedor em satisfazer os seus compromissos.

Os reforços das perdas por imparidade são reconhecidos como gastos do período, e as reversões como rendimentos.

d) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes saldos estão mensurados ao custo.

e) Estado e outros entes públicos

Os saldos Ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos Ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável.

f) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

g) Rubricas do capital próprio

a. Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (adiante designado por "CSC") o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

b. Subsídios ao investimento

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

VP  14  

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

c. Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados e os ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de Investimento.

h) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

j) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;

Os custos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida com o final da produção ou da construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

3.2. Principais julgamentos e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração da Fundação utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a signature that appears to be 'JEA' and the number '15'.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

b) Provisões para impostos

A Fundação, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Fundação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

O saldo de Caixa e seus equivalentes constantes da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

VA   16 

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depósitos à ordem	6.729	13.333
Caixa	3.678	-
	<u>10.407</u>	<u>13.333</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foi adotada a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros, razão pela qual as divulgações requeridas pela presente Nota não são aplicáveis.




6. Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com Empresa-Mãe

A Herdade da Comporta – Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A. detém 96% do capital social da Fundação e tem sede na freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal.

6.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

Em 2017 não foram atribuídas remunerações a pessoal chave da gestão.

VA

 17



6.3. Saldo com Partes Relacionadas

Todos os saldos pendentes com partes relacionadas estão registados na rubrica "outros passivos financeiros" e detalhado da seguinte forma:

Outras Dividas a pagar			
Médio e longo prazo			
Herdade da Comporta		390.405	324.236
		390.405	324.236
Curto prazo			
Herdade da Comporta		62.000	31.684
H.d.C. Serviços		0	1.605
		62.000	33.289
PASSIVO		452.405	357.526

7. Ativos fixos tangíveis

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período encontra-se detalhada no quadro seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimento em curso	TOTAL
CUSTO:								
Saldo Inicial 01/01/2017	-	367.136	-	-	-	-	100.040	467.176
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	17.182	-	-	-	-	-17.182	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final 31/12/2017	-	384.318	-	-	-	-	82.858	467.176
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo Inicial 01/01/2017	-	-41.303	-	-	-	-	-	-41.303
Amortizações	-	-9.856	-	-	-	-	-	-9.856
Transferências	-	-4.589	-	-	-	-	-	-4.589
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final 31/12/2017	-	-55.748	-	-	-	-	-	-55.748
QUANTIA ESCRITURADA:								
31/12/2017	-	328.570	-	-	-	-	-	411.428

VP  18 

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimento em curso	TOTAL
CUSTO:								
Saldo Inicial 01/01/2016	-	367.136	-	-	-	-	100.040	467.176
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final 31/12/2016	-	367.136	-	-	-	-	100.040	467.176
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo Inicial 01/01/2016	-	-32.124	-	-	-	-	-	-32.124
Amortizações	-	-9.178	-	-	-	-	-	-9.178
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final 31/12/2016	-	-41.303	-	-	-	-	-	-41.303
QUANTIA ESCRITURADA:								
31/12/2016	-	325.833	-	-	-	-	100.040	425.873

8. Investimentos Financeiros

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	326	15
	326	15

9. Inventários

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Mercadorias	Matérias Primas	TOTAL
Existências em 1 de Janeiro de 2017	-	-	-
Compras	94	-	94
Transferência para Ativo Biológico	-	-	-
Custo das matérias-primas consumidas	-94	-	-94
Existências em 31 de Dezembro de 2017	-	-	-



 19

10. Clientes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cientes diversos	7.778	1.407
	<u>7.778</u>	<u>1.407</u>

O valor de clientes a receber teve um incremento significativo, devido a um cliente que esteve na Casa da Cultura (3.600 euros – feito um acordo de pagamentos) e um cliente de rendas (1.224 euros). Existe um valor em dívida de 1.600 euros que foi recebido no início do ano seguinte.

11. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pagamentos por conta	2.000	4.000
Imposto sobre o valor acrescentado	17.245	18.604
Outros impostos	366	183
	<u>19.611</u>	<u>22.788</u>
Retenções na fonte	297	-
	<u>1.150</u>	<u>0</u>

 20

12. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Outros créditos a receber		
Subsídios a receber	1.822	1.822
Acréscimos de rendimentos	66.842	32.424
Outros devedores	9.678	2.832
	78.342	37.078
Outras dívidas a pagar		
Subsídios a reconhecer	-	890
Outros acréscimos de gastos	6.205	35.669
Outros credores	3.352	2.612
	9.557	39.171

O acréscimo de gastos tem incluído um valor de 62.000 euros referentes a um donativo efectuado pela Herdade da Comporta à Fundação.

13. Capital próprio

Durante o ano de 2017, os movimentos ocorridos no capital próprio foram os seguintes:

	31-12-2016	Aumento	Redução / Regularizações	31-12-2017
Capital	250.000			250.000
Outros instrumentos de capital próprio	580.000			580.000
Subsídios ao investimento	125.389		-4.488	120.901
Resultados transitados	-803.904	-16.455		-820.359
Resultado do exercício	-16.455	-5.023	16.455	-5.023
Saldo Final 31/12/2017	135.030	-21.478	11.967	125.519

Em 2011, foi aprovado junto da ADL – Associação do Desenvolvimento do Litoral Alentejo, candidatura ao Programa PRODER para Conservação e Valorização do Património Rural, no valor de 107.678,12 euros, para recuperação da Casa da Cultura, tendo sido recebido nesse ano cerca de 50% (53.838,06 euros).

VP
21

A partir de 2012, foi reconhecido como proveito a amortização do subsídio da Casa da Cultura, dado que o investimento ficou concluído nessa data.

Em 2012 foi igualmente aprovada candidatura a subsídio no âmbito da conservação do Património Rural para o Centro Ambiental das Lagoas, no valor de 36.557,39 euros, tendo sido nessa data reconhecido em Capital Próprio o referido montante. Em 2013 foi recebido parte do subsídio, no valor de 27.275,69 euros. O investimento ainda se encontra em curso.

14. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores	1.261	2.058
	<u>1.261</u>	<u>2.058</u>

Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sociedade. Os saldos de fornecedores são mensurados ao custo amortizado.

15. Rébito

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Vendas	917	-
	<u>917</u>	<u>0</u>
Serviços Prestados	551	150
	<u>551</u>	<u>150</u>
	<u>1.468</u>	<u>150</u>

VA
22

16. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Subcontratos	-	31.684
Trabalhos especializados	37.707	22.848
Água, luz e combustíveis	6.966	835
Material de escritório	398	487
Deslocações e estadas	6.526	8.059
Comunicações	1.179	768
Limpeza, higiene e conforto	5.650	4.488
Outros fornecimentos e serviços externos	10.216	5.967
	<u>68.643</u>	<u>75.137</u>

17. Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remunerações	50.040	1.732
Indemnizações	911	-
Segurança Social	10.146	325
Seguro AT	761	79
	<u>61.858</u>	<u>2.137</u>

O valor das remunerações aumentou consideravelmente em relação ao ano transacto, devido à inclusão de uma trabalhadora efectiva que estava na Herdade da Comporta a desempenhar tarefas exclusivamente para a Fundação e também com a inclusão de trabalhadores que estiveram ao serviço na Casa da Cultura nos meses de verão.

WA
23
J. J.

18. Outros Gastos e Rendimentos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxas	2.058	56
Correcções relativas a exer. anteriores	11.877	73
Donativos	250	200
Outros gastos e perdas	1.052	3.442
Outros Gastos	<u>15.237</u>	<u>3.772</u>
Donativos	136.777	59.562
Imputação de subsídios ao investimento		
Outros rendimentos	8.786	9.569
Outros Rendimentos	<u>145.562</u>	<u>69.131</u>

A rubrica de correcções de exercícios anteriores diz respeito à análise efectuada em 2017 aos activos fixos das empresas do grupo Herdade da Comporta, sendo este o impacto negativo relativamente aos anos anteriores.

19. Gasto de depreciação e amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	9.856	9.178
Equipamento Básico	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-
Ativos fixos tangíveis (ver Nota 7)	<u>9.856</u>	<u>9.178</u>
Subsídios ao investimento (Nota 13)	<u>-4.488</u>	<u>-4.488</u>
Total de gastos de depreciação e amortização	<u>5.368</u>	<u>4.690</u>

20. Impostos sobre o rendimento do período

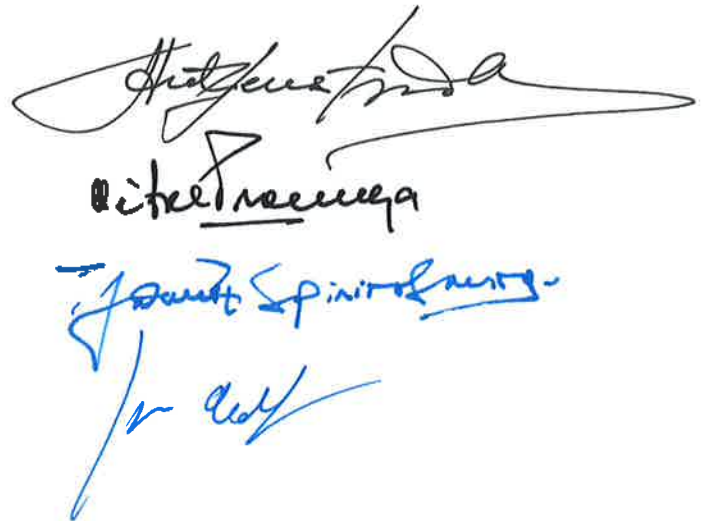
Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto corrente	853	-
	<u>853</u>	<u>0</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Administration members, including names like "António Almeida" and "António Espírito Santo".

